

LITANIA INEXTRICÁVEL: transgressão e culpa como horizonte!

INEXTRICABLE LITANY: transgression and guilt as the horizon!

Roberto Sávio Rosa *

Data de recepção do artigo: abril/2011

Data de aprovação e versão final: junho/2011.

RESUMO: *O texto desenvolvido prima por apresentar interrogações quanto à possibilidade de estabelecer cruzamentos entre a concepção trágica e a concepção das religiões morais, a fim de demonstrar que a idéia de culpa, sugerida nas interpretações e motivações das religiões morais, não condiz com a mensagem trágica grega: trágico e culpa está incompatível.*

PALAVRAS-CHAVES: *trágico, religião, culpa*

ABSTRACT: *This article aims to present some questions in relation to the possibility of to establish some approaches between the tragic conception and the conception of moral religions, in order to demonstrate that the idea of guilt, suggested in some interpretations of moral religions do not match with the greek tragic message: the tragic and guilt are incompatibles.*

KEY-WORDS: *Tragic, religion, guilt.*

A perspectiva trágica da regularidade natural dos acontecimentos não parece receber, por parte da religião, uma negativa. O que a religião inseriu, enquanto novidade é a existência de determinada atuação oculta, aparentemente natural, da vontade, precisamente, da vontade do criador. A ilustração de tal perspectiva permite condicionar e vincular, os

* *Doutorado em Filosofia ed ermeneutica filosofica pelo Università degli Studi di Torino, Itália. Professor Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz , Brasil. m@ail: savio_rosa@yahoo.com.br*

eventos cíclicos, a uma finalidade. A concepção religiosa instaura o sentido escatológico.

Uma vez instituída a doutrina teológica das últimas coisas, enquanto destino do homem e do mundo, como aquilo que, inevitavelmente, acontecerá, institui-se, também, um sentido para a terra e para os acontecimentos que nela comparecem. Ao delegar à vontade divina, a gênese, causa e sucessão das vicissitudes mundanas, se estabelece e formaliza um vínculo entre a terra e determinada força estranha (ir)regular.

A terra, enquanto gerada, adviria como artefato primoroso e se encontraria vinculada a um propósito. O sentido da terra somente seria possível a partir desse liame. A terra, sem o encargo da dependência, sem a perspectiva da criação, estaria condenada. Mas qual o significado de “condenação”?

Significa dizer, que a terra, desagregada da vontade divina, encontrar-se-ia abandonada à nulidade. Que a terra desamparada voltaria a sujeitar-se a corrupção e ao assédio da insignificância. Ora, terra condenada e abandonada à própria sorte é terra sem propósito, é não existência, é qualidade nula. A perspectiva religiosa, com o ato da criação, justifica o liame entre criador e criatura, portanto entre a terra e seu sentido. Mas como se forjou tal intento?

Da idéia de criação. *In principio Dio creò il cielo e la terra*¹. A idéia de *dar existência a...* já contém o argumento negativo da auto-suficiência terrena. A necessidade de estabelecer a fundação, a partir da vontade divina, determina o atributo da criação: *a terra, (enquanto criada), vem-a-ser, do nada!* A terra, uma vez produzida, recebe o ser enquanto dádiva. Com a terra, concebida a partir do ato criativo, é possível instaurar um sentido. Já a terra, separada do ato criativo, portanto, abandonada à irregularidade dos eventos, aparece indefesa. Assim o embrião da idéia de salvação e dependência, já se encontra anunciado no ato de criação (na origem).

O passo sucessivo estende, ainda mais, a interpretação religiosa. O ente criado permanece vazio, destituído de significado, de perspectiva, de sentido. A terra, uma vez gerada, necessita dizer, instituir e aludir, a que veio e, para tanto,

necessita ser habitada. Mas qual criatura será capaz de conceder e conceber o sentido da terra? Após uma série sucessiva de atos criativos Deus, finalmente, criou o homem para reinar absoluto sobre o ente criado.

Dio plasmò l'uomo con polvere del suolo e soffiò nelle sue narici un alito di vita e l'uomo diviene un essere vivente.²

Com o sucesso do projeto humano o criador se empenhou em edificar e disponibilizar um ambiente irreparável para abrigá-lo. Como sinal de devoção, cultivava um jardim repleto de coisas agradáveis, à vista e, saborosas ao paladar, objetivando satisfazer, plenamente, a sua mais bela criatura³.

No centro do jardim cultivado, o artesão posicionou a árvore do discernimento, do conhecimento do bem e do mal. O homem criatura torna-se guardião do jardim. Ao produto humano, enquanto usufrutuário, foi conferido o direito de viver as expensas das maravilhas divinas, mas sem exercer o direito de posse. Enquanto guardião recaiu sobre o homem a incumbência de proteger e conservar a diversidade que lhe fora depositada.

Entretanto o guardião se encontra melancólico. A solidão não é recebida, nem deve ser recebida, como sinônimo de unidade. Tanto o jardim, quanto a terra estão repletos de espécies de todo gênero, mas enquanto imagem e semelhança, o projeto humano, resta único. Falta o igual para compartilhar impressões! O homem criatura, gerado segundo a imagem e semelhança de Deus, não reconhece, não se reconhece e muito menos é reconhecido, como igual entre tantos.

Esta dubiedade existencial alimenta o sentimento de tédio e solidão. A solidão humana desperta o sentimento de compaixão no criador. A idéia de um concordante para compartilhar da intensidade e maravilhas, dispostas no feito mágico da criação do jardim, agita a *bella creatura!* Neste ínterim, também a mulher vem-a-ser criada!

A importância, em relatar estes passos já conhecidos e petrificados pela replicação secular, justifica-se pela tentativa de

identificar e vincular a concepção de culpa à idéia de transgressão.

Para que ocorra infração é necessário estabelecer e convencionar alguma norma (um pacto, uma acordo, uma lei) que atue como regulador de procedimentos e atos. Não pode haver transgressão, passagem de uma parte a outra ou violação, sem que anteriormente se estabeleça os confins e as regras que deverão ser respeitados.

Uma vez finalizado o cansativo trabalho dos atos criativos, o criador enunciou à criatura o princípio que deveria ser observado (Deus exteriorizou os termos do acordo). A partir de então ficou estabelecida a fraternidade entre ambos. O respeito ao estabelecido no acordo manteria inflexível o vínculo entre criador e criatura. Mas em que reside o essencial da mensagem divina? Que o preceito divino, estabelecido, *estava proibitivo*.

Tu potrai mangiare di tutti gli alberi del giardino, ma dell'albero della conoscenza del bene e del male non devi mangiare, perché, quando tu ne mangiassi, certamente moriresti⁴

A inserção do sentido para a existência humana começa a ganhar forma e força, a partir da idéia de um homem contraventor, de um transgressor que comete a infração e viola o acordo. A fim de ilustrar a perspectiva da violação, a religião concebe, ilustrativamente, a sedução libidinosa e o encanto, contidos nas palavras imponentes da *víbora* (da serpente que nutria inveja do homem, pelo fato do homem estar, também criatura, mas preferido do criador), como a manifestação dessa infração.

O simbolismo alegórico do princípio se estrutura nesses moldes: o discurso da serpente astuta que seduz, primeiramente, a mulher. O discurso astuto da mulher que, por sua vez, coloca a perder o homem e a humanidade inteira! Esta atitude subversiva, contrária ao estabelecido pactualmente, recebe a designação e significação de *pecado original* (provar o fruto da árvore proibida, do conhecimento do bem e do mal)⁵.

Agora o homem, em função da transgressão praticada, que contrariou a vontade divina, precisa remir. Mas qual o significado que o termo indica? Indica que o homem necessita conceder indenização a, que necessita compensar pela ação praticada, que o homem deve ressarcir! A idéia que perpassa a contravenção humana indica a necessidade de reparação a fim de obter a reabilitação. Um homem reabilitado está alguém a quem foi restituído os direitos, a capacidade e a situação, perdidos!

Na perspectiva religiosa será esta contravenção originária, a responsável por instaurar a justificação da condição humana. Dor, sofrimento e morte, compreendidos enquanto pena, estão justificados em um mundo, a partir de então, repleto de sentido. O discurso religioso, em sua exposição de razões e motivos, indica como causa do desconforto terreno, a infração cometida pelo guardião contra o depositário. A partir do ato ignóbil o transgressor da vontade divina, torna-se e advém culpado.

Neste sentido, o discurso religioso expressa, formalmente, a necessidade de tornar inteligível a origem da culpa. A consciência penosa de viver com o peso de ter violado um compromisso, de ter usufruído da bondade, que concedeu imagem e semelhança e, de não haver correspondido às expectativas, passa a ser identificada com o sofrimento humano. A responsabilidade pelos atos repreensivos torna o ofensor indigno da misericórdia divina. Entretanto, o discurso da culpa não se estrutura e organiza, somente para interpretar e comentar esta condição.

O discurso religioso trabalha, também, para solidificar, cada vez mais, a mácula original, enquanto situação (*ir*)responsável determinante do mal estar próprio e generalizado. Na interpretação religiosa, o homem deve comparecer, sempre, em todo tempo e lugar, como infrator da vontade divina. A concepção e o sentido do homem na terra, segundo o discurso religioso, necessitam estar vinculados a expiação da afronta particular cometida.

Non ne devi mangiare, maledetto sia il suolo per
causa tua! Con dolore ne trarrai il cibo per tutti i

giorni della tua vita. Spine e cardi produrrà per te e mangerai l'erba campestre. Con il sudore del tuo volto mangerai il pane; finchè tornerai alla terra, perché da essa sei stato tratto: polvere tu sei e in polvere tornerai!⁶

A repercussão dessa interpretação, característica do discurso religioso, se propaga e consolida, enquanto identificação da causa do sofrimento. O homem sob influência da perspectiva religiosa, mergulhado no sentimento de culpa, passa a conceber os males do mundo, não mais como regularidade natural, muito menos como originado no criador, mas como decorrentes do ato ilícito praticado. A presença do mal no mundo, segundo a interpretação religiosa, é obra humana.

Nestas circunstâncias, princípio e sentido submetem tanto o destino da terra, quanto o destino do homem a uma mesma vontade: a vontade de Deus. Agora, também o homem, separado da vontade divina, estará condenado à corrupção e ao assédio da nulidade. Terra e homem, uma vez engendrados e rompidos com Deus, correm o risco de sucumbir à nulidade.

De acordo com a perspectiva religiosa, a atitude humana transgressora é fruto de um atrevimento negligente, responsável por principiar o experimento das perturbações psíquicas e físicas. Ao não observar o tratado estabelecido, a *humana criatura*, irrompe aflita e devedora. A dívida gerada na e, com a afronta, transmuda a existência em sacrifício, sujeitando-a, ao tormento, à angústia, a fadiga e ao castigo.

Aqui ocorrem alguns questionamentos: mas o sentimento de culpa não se origina a partir da responsabilidade por desastre causado a outrem? O sentimento de culpa não é originário da consciência de atitude que resulta dano ou problema a outrem?

Em sintonia com o relato criativo a transgressão humana não resultou responsável pela imputação de danos a outrem, mas somente a si mesma. Parece que a finalidade do discurso religioso, reside então, em perseguir e promover a existência de um *tipo* comprometido moralmente e portador de existência cansada!

Será com profunda insistência e perícia, que o discurso religioso estabelecerá **o pecado e a culpa, como horizonte**.

A *criatura gerada* e, agora, tornada culpada (responsável por qualquer falta ou conseqüência desastrosa, o transgressor moral), seduzida pela persuasão do discurso religioso do sentido último, acredita normal a admissão e incorporação do ato pretérito (o rompimento daquilo que outrora fora convencionado com Deus) e, aceita, de modo incondicional, a autoria do evento, sujeitando-se às justificações, às penalidades e aos demais sofrimentos em vida.

A partir do reconhecimento da dívida, não se poderá mais conceber uma realidade trágica (em função da condição inerente sugerida e imposta na regularidade natural), mas se conceberá uma realidade penosa, tornada difícil e trabalhosa em função de um equívoco moral! A *existência típica culpada* torna-se agora existência penitente!

Seguindo o fio condutor da exposição torna-se possível especular, que o vínculo causal, estabelecido entre a *culpa, a redenção e a idéia de salvação*, já se encontra anunciado no ato da criação. A terra e o homem devem ser visualizados em dependência com o divino.

Ao homem, afastado do Deus pelo pecado e consciente do fato, resta expiar, em vida, este sentimento (culpa). Os males do mundo tornam-se os castigos para aquele que espera a salvação final, quando o final, previamente anunciado, vem a ser conhecido. Sofrimento e morte, enquanto inerentes da condição humana estão, assim, justificados!

Será este deslocamento do sofrimento e da morte do plano ontológico para o ético que marcará o surgimento da idéia de salvação. Essa idéia não encontra correspondente no trágico, pois sofrimento e morte são concebidos como regularidade natural. Segundo o discurso religioso, não existe possibilidade de salvação internamente aos ciclos da natureza, mas existe possibilidade de salvação, quanto à transgressão originária e ao sentimento que ela acarreta. O caminho indicado consiste em sacrifícios expiatórios, a fim de reparar a falta cometida.

Na concepção trágica, apoiada na analogia das forças adversas e incompreensíveis, que regem os eventos terrenos,

tudo que nasce, morre! O trágico, em função do tempo cíclico da terra concebe dor, sofrimento e morte como naturalidade. Para a religião, a morte apresenta-se vinculada à infração (ao pecado) geradora de culpa (enquanto consciência que repercute por um dano praticado).

O sofrimento, visualizado e concebido pela tragicidade, enquanto acesso ao conhecimento, portanto natural, na religião, é visto como extraordinário. Na interpretação religiosa, o retorno do gênero humano, ao estado originário (antecedente ao sofrimento), requer um resgate. O homem, uma vez resgatado, resgata também sua condição primeira, a saber, da imortalidade.

É possível presumir então, que segundo discursos religiosos, viver é expiar delito! Na interpretação religiosa, no final do percurso, a saber, do tempo transcorrido na terra, a humana criatura será resgatada. Segundo o discurso religioso, a redenção (ou seja, a liberação da dor, do sofrimento e da morte), restabelecerá a natureza originária do homem, restituída pela morte e ressurreição de Cristo.

Neste sentido, discursos religiosos reforçam a mensagem do castigo existencial enquanto exercício. Todo existir requer qualidades necessárias para atingir e alcançar a redenção. Com a existência culpada são cultivadas determinadas condutas para conquistar alívio, proteção e liberação de situação difícil. O exercício religioso requerido acena com a recompensa colhida na finitude.

No entanto, não é com ilhas do fim do mundo nem com maravilhas de áleas de palmares inexistentes que se cura a errância nostálgica das almas que se sentem exiladas dos jardins paradisíacos do nonato.⁷

A espera daquilo que coloca fim a algo (no caso específico, ao sofrimento), indicando propósito (a salvação), faz com que o tempo e o sentido da terra sejam vazios. O sentido imposto pela interpretação religiosa vincula-se à *pós*-terra. O sentido religioso situa-se *além* da terra!

Quando o tempo é identificado e interpretado como um plano em que, *ao final* (segundo o conjunto de princípios ou

crenças que possuem valor e verdade absoluta), emergirá, claramente, *o final* (ou seja, aquilo que coloca e determina termo a algo, indicando propósito), ao qual se direcionam todos os acontecimentos que no plano ocorrem então, a idéia de sentido adquire sentido!

A concepção de história parece identificar-se a esta noção temporal correlata. Nela, a cadência ininterrupta e sucessiva de eventos (a progressividade linear), interpretada segundo um sentido, será retirada do plano do mero acontecimento, passando a receber uma significação segundo uma finalidade, segundo um além!

Dessa forma é possível afirmar que a história, somente está possível, de acordo com o contexto religioso? Segundo a concepção trágica a historicidade encontra dificuldades! Por quê? Porque somente pode existir história em um quadro configurado como espera de um acontecimento anunciado e não como retorno de algo que, ciclicamente, não cessa de acontecer! O discurso religioso, ao exigir e eleger, a lembrança (memória) como tormento e martírio, está histórico (*in quanto fatalità e incarico*)⁸!

O discurso religioso, ao conceber o tempo da terra como passagem, empurra para o porvir o tempo do deleitamento. Com isso, o discurso religioso não pode ser considerado responsável pela propagação da idéia de realidade trágica (aqui concebida como punição e castigo), porque promete, enquanto anúncio, a redenção. A força do discurso religioso reside na promessa que se funda sobre a salvação.

Ao intensificar a dicotomia *transgressão* e *culpa*, como princípio e responsabilidade das perturbações psíquicas e patológicas, o discurso religioso, termina por instituir a obrigatoriedade do dizer. Para suportar a espera infinita da salvação cria-se um mecanismo liberatório dos sofrimentos terrenos. Sem esta sofisticação⁹ o sofrimento poderia consumir a *humana criatura*.

Isto significa que, para a religião, não basta o retumbar incessante da mensagem que realça a infração cometida, como forma de compensar o débito. Para a religião, o que parece importar, é a ruminação *ad infinitum* da precariedade *humana* e

sua fraqueza.

O absurdo que comparece nesta situação remete ao seguinte estado. Segundo a interpretação religiosa, parece não haver mais importância a infração cometida pela *humana criatura*, que estabeleceu o rompimento do vínculo entre homem e Deus. O que importa, efetivamente, é a instituição do senso constante do dever. A máxima que vigora na existência cansada do *tipo humano* está imperativa: *tu debes!*

Ao desobediente, ao transgressor, torna-se obrigatório o (*des*)esquecimento da sua falta. Com isso, a criatura estaria condenada a comunicar e assumir, de tempo em tempo, a sua transgressão e culpabilidade! O exercício comunicativo da imperfeição (identificada à atitude desleal com o Deus supremo) encerra o reconhecimento, em prejuízo próprio, de gesto dilatado e, a comunicação, metamorfoseia-se em confissão!

A confissão é o reconhecimento de um ato censurável cometido. É a revelação de um sentimento ou de um pensamento. É a comunicação sussurrada no ouvido de outrem, a fim de permitir transparecer os defeitos próprios. Na perspectiva religiosa, aquele que confessa, declara-se autor de um gesto de fraqueza e, o faz, em prol de algum benefício, seja de ordem institucional quanto existencial.

Quem desabafa ou declara algo, o faz a alguém. Na religião, o confessor, será considerado o indivíduo ao qual se podem fazer confidências. Confidências estão segredos e intimidades, confiados a este indivíduo especial (*além do homem?*)! As confidências são confiadas ao confessor, porque este possui o poder de liberar o mal estar promovido pelos atos e pensamentos censuráveis praticados (infrações particulares) pelos penitentes e, por representar a discricção, a idoneidade e a honestidade.

Aquele que confia respira a atmosfera envolvente do valor ideal. Em certo sentido, aquele que confia atos e pensamentos censuráveis, a outrem, comunga dos mesmos valores do confessor. Uma vez acreditando-se *devedor*, *deverá* se penitenciar. Confidências estão, então, comunicações particulares a alguém ilibado, que uma vez possuidor de crédito, proporciona alívio quanto ao mal estar por elas causado! Na

religião, a sofisticação da figura do confessor e do ato confessional, revela-se um recurso eficaz para a liberação do sofrimento (catarse?).

A confissão ou confidência consiste então, na atitude do penitente em reconhecer e revelar, ao confessor, o que há de mais próprio. Consiste em revelar aquilo que está escondido, que se oculta à vista e ao conhecimento. Em revelar aquilo que mostra desobediência a qualquer norma ou preceito e, que se encontra relacionado com a falta ou com o erro, a fim de quitação ou extinção de dívida. A confissão consiste na declaração cotidiana de que estás humano, portanto, infrator!

O humano, por estar possuidor de vícios e defeitos, encontra-se, sempre, sujeitado a condição de arrependimento! O humano é culpa a partir do nascimento. Já o confessor, também *humano, demasiado humano*, está o indivíduo que detém o poder de purgar os defeitos e vícios do penitente. Defeitos e vícios, na concepção religiosa, estão àquelas palavras, atos e pensamentos que merecem ser lastimados.

Lastima-se, com isso, a nossa condição, a condição humana! Mas, a partir dessa lógica perversa instituída, de uma interpretação que condiciona a existência a um labéu originário, será possível, alguma vez, imunizar os efeitos e vícios do penitente? Será possível melhorá-lo? Ou será que ao arrependido, ao penitente, resta somente o recurso da purgação?

Ao imortalizar a trama artificiosa do discurso religioso, fortalecido na identificação do estado inerente do *tipo humano*, às causas apriorísticas, todo dizer confessional, promove e institui a existência de atores diversos, mas o drama geral representado recai, inevitavelmente, sobre o argumento da *culpa*.

O martelar incisivo do discurso religioso, fundamentado na infração originária e perspectivado na promessa de salvação (de libertação da mácula ou sujidade), terminou por solidificar, no penitente, também uma vontade. O cristianismo, ao inserir a idéia de salvação (redenção, mediante expiação de uma culpa fundante de dor, sofrimento e morte) promoveu uma reviravolta no *tipo humano*.

A partir de então, não parece mais possível a existência

de um homem que assiste, passivamente, o desenrolar dos eventos naturais, tampouco, a existência de um homem que espera submisso, indiferente, o juízo final. Com a promessa de salvação, forjou-se um homem que procura independente de crença ou resgate, liberar-se do sofrimento e da morte, de qualquer maneira.

A nova atitude humana sofre, sem cessar, críticas dos defensores relutantes da religião. Seria possível então conjecturar que a religião está fadada ao desaparecimento? Consoante a reserva de autoridade e propriedade, acumulados por séculos e séculos, discursos religiosos insinuam que a reviravolta do tipo humano, movida pela vontade de liberação do sofrimento, a qualquer custo, é lasciva e malfazeja.

Para justificar a insinuação, os defensores da culpa como horizonte, denunciam um novo retorno ao pecado original. Denunciam à nova e voraz desconfiança na palavra divina enquanto equívoco, pois devotaria confiança na palavra humana. Confiança na palavra humana, segundo o discurso religioso, pode tornar a significar um rompimento com o vínculo divino. Pode significar um voltar-se, novamente, para a terra. Tornar a terra é tornar a estar suscetível à volúpia da nulidade. Para a religião, a palavra humana que orienta a reviravolta na postura, engendra um discurso libidinoso, tão pérfido, quanto o discurso engendrado pela víbora sedutora! Para a religião, discurso libidinoso está o teórico. Está o discurso que cultiva o hábito de promover raciocínio especulativo, pelo prazer e desprazer, que pode suscitar o conhecer!

Nesta perspectiva, discursos mantenedores da culpa como horizonte estão dogmáticos e lamurientos! A fim de distanciar a força da vontade humana, solicitam clemência recíproca entre homem e Deus, pois acreditam na vitória do *bom* discurso confrontado ao *mau* discurso!

Entretanto, esquecem que a mudança requerida pelo tipo humano brotou do martelar incisivo da promessa de salvação, constituinte do seu próprio discurso. Neste sentido, discursos religiosos intencionam seduzir ao atentar para o perigo da sedução contido em todo discurso não religioso.

Talvez se possa admitir que, o discurso religioso

alimenta a falação longa e fastidiosa em que são evocadas e assumidas desgraças de toda sorte por alguém que deseja ver-se atendido naquilo que solicita. Entretanto, a solicitação, independente da ordem do solicitado, não se constitui em afronta. Ocorre conjecturar sobre a condição inerente do tipo humano a partir da sua perspectiva.

A perspectiva humana deveria estar terrena. Assim, parece possível afirmar que, discursos religiosos, contrariando o discurso trágico, estão sempre interessados em promover a justificação do sofrimento. Discursos religiosos apresentam o pecado e a culpa como horizontes!

Referências

- CIORAN, E. *La caduta nel tempo*, Adelphi, Milano, 2004.
 _____. *La tentazione di esistere*, Adelphi, Milano, 2002.
 _____. *Il funesto Demiurgo*, Adelphi, Milano, 2002.
 _____. *Lacrime e Santi*, Adelphi, Milano, 2002.
 _____. *Sommario di decomposizione*, Adelphi, Milano, 2005.
 _____. *L'inconveniente di essere nati*, Adelphi, Milano, 2003.
 GALIMBERTI, U. *Heidegger, Jaspers e il tramonto dell'occidente*, il Saggiatore, Milano, 1996.
 GARELLI, G. *Filosofie del tragico*, Bruno Mondadori, Milano, 2001.
 GIVONE, S. *Disincanto del mondo e pensiero tragico*, Milano, Il Saggiatore, 1988.
 _____. *Storia del nulla*, Editori Laterza, Roma-Bari, 2003.
 PAREYSON, L. *Filosofia della libertà*, il Melangolo, Genova, 1989.
 SZONDI, P. *Introduzione all'ermeneutica letteraria*, Einaudi, Torino, 1992.
 VATTIMO, G. *Credere di credere*, Garzanti, Milano, 2000.
 _____. *La traccia della traccia*, in «*Annuario Filosofico Europeo*», La religione, pp. 75-90, Laterza, Roma-Bari, 1995.

Notas

- I GENESI. 1,1. Origine del mondo e dell'umanità. La descrizione delle origini dell'universo e dell'uomo non poggia su testimonianze umane: è il frutto di una riflessione ispirata da Dio e da lui guidata per secoli. Il

Signore è il dominatore sovrano dell'universo che, da sempre, ha formulato un disegno di salvezza per tutti i popoli della terra; l'umanità si è rovinata per propria colpa; il peccato di Adamo ha sfigurato l'opera divina: ma Dio ama gli uomini e, per condurli a salvamento, si è scelto un popolo particolare.

2 GENESI, 2, 4b-25.

3 GENESI, 1, 26. Dio creò l'uomo a sua immagine.

4 GENESI, 3, 1-24. Pelo desejo intenso de experimentar uma coisa nova, da qual nada se conhece, simbolizado na ação de Adão e Eva em saborear o “fruto proibido” da árvore do conhecimento!

5 Quando l'uomo rifiuta l'unione con Dio, fonte dell'essere e del bene, è fatale che vada incontro alla rovina. È questo il senso del dramma che sconvolge la condizione umana.

6 GENESI, 3, 1-24.

7 MELO e SOUZA, Ronalds. *Atualidade da tragédia grega*. In: *Filosofia e Literatura: O tragico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001. 174 p.

8 PLESSNER, Helmuth. *L'uomo una questione aperta*. A cura di Martino Boccignone. Roma, Armando Editore, 2007, p. 70.

9 A idéia contida no termo alude à Escola Sofista. Especificamente na habilidade humana de se destacar em determinada arte. A representação humana ocorre, segundo a mesma escola, a partir da palavra. Somente o discurso pode representar o homem. A sofisticação consiste em tornar-se mais eficiente pela incorporação de meios mais complexos, aprimorando-se.